

GABARITO OFICIAL

EAP/2010 - 3º SARGENTO QPE

1ª QUESTÃO	A	B	C	D
2ª QUESTÃO	A	B	C	D
3ª QUESTÃO	A	B	C	D
4ª QUESTÃO	A	B	C	D
5ª QUESTÃO	A	B	C	D
6ª QUESTÃO	A	B	C	D
7ª QUESTÃO	A	B	C	D
8ª QUESTÃO	A	B	C	D
9ª QUESTÃO	A	B	C	D
10ª QUESTÃO	A	B	C	D
11ª QUESTÃO	A	B	C	D
12ª QUESTÃO	A	B	C	D
13ª QUESTÃO	A	B	C	D
14ª QUESTÃO	A	B	C	D
15ª QUESTÃO	A	B	C	D
16ª QUESTÃO	A	B	C	D
17ª QUESTÃO	A	B	C	D
18ª QUESTÃO	A	B	C	D
19ª QUESTÃO	A	B	C	D
20ª QUESTÃO	A	B	C	D

21ª QUESTÃO	A	B	C	D
22ª QUESTÃO	A	B	C	D
23ª QUESTÃO	A	B	C	D
24ª QUESTÃO	A	B	C	D
25ª QUESTÃO	A	B	C	D
26ª QUESTÃO	A	B	C	D
27ª QUESTÃO	A	B	C	D
28ª QUESTÃO	A	B	C	D
29ª QUESTÃO	A	B	C	D
30ª QUESTÃO	A	B	C	D
31ª QUESTÃO	A	B	C	D
32ª QUESTÃO	A	B	C	D
33ª QUESTÃO	A	B	C	D
34ª QUESTÃO	A	B	C	D
35ª QUESTÃO	A	B	C	D
36ª QUESTÃO	A	B	C	D
37ª QUESTÃO	A	B	C	D
38ª QUESTÃO	A	B	C	D
39ª QUESTÃO	A	B	C	D
40ª QUESTÃO	A	B	C	D

Belo Horizonte, 12 de abril de 2010.

(a) JAQUELINE P. BRETAS VELOSO, TEN CEL PM
CHEFE DO CRS



**PROVA DO EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL – EAP PARA
OS 3º SARGENTOS DO QPE, PARA O ANO DE 2010**

EAP/ 2010 – 3º SGT QPE

(Edital DRH/CRS nº 18/2009, de 30 de novembro de 2009)

NOME: _____

LOCAL DE PROVA: _____ SALA: _____

INSTRUÇÕES AOS CANDIDATOS:

1. Abra este caderno de prova somente quando autorizado.
2. Esta prova contém 40 (quarenta) questões valendo 2,5 (dois vírgula cinco) pontos cada e valor total de 100 (cem) pontos.
3. O tempo máximo permitido para a realização da prova objetiva será de 180 (cento e oitenta) minutos, incluindo o preenchimento da folha de respostas.
4. Responda as questões e marque a opção desejada na folha de respostas, usando caneta (tinta azul ou preta).
5. Para cada questão existe somente uma resposta correta.
6. Prova sem consulta.
7. Não será admitido nenhum tipo de rasura na folha de respostas. As questões rasuradas ou em branco ou com dupla marcação serão consideradas nulas para o candidato.
8. É proibido o uso de máquinas calculadoras, telefones celulares ou outros similares.
9. Iniciadas as provas, os candidatos somente poderão deixar a sala, e a esta retornar, exclusivamente para uso de sanitários ou bebedouros, devidamente acompanhados por fiscal do concurso.
10. Verifique se a prova é a correspondente ao seu quadro.
11. Ao final da prova, entregue ao aplicador a folha de respostas, devidamente preenchida, assinada e conferida.

1ª QUESTÃO – Com base na Lei que define os crimes de tortura, aumenta-se a pena de um sexto até um terço:

- A. () **Se o crime é cometido mediante sequestro.**
- B. () Se o crime é cometido por agente público ou privado.
- C. () Se o crime é cometido contra criança, gestante, portador de deficiência, adolescente ou maior de 70 (setenta) anos.
- D. () Se o crime é cometido por agente de segurança pessoal.

2ª QUESTÃO – Assinale a alternativa CORRETA:

- A. () O crime de tortura é afiançável e insuscetível de graça ou anistia.
- B. () O condenado por crime de tortura iniciará o cumprimento da pena em regime semi-fechado.
- C. () Também pode ser considerado crime de tortura se é cometido por agente de segurança, formado por empresa particular, tendo em vista que esta recebe uma concessão do Estado para trabalhar com segurança.
- D. () **O crime de tortura aplica-se, também, quando o crime não tenha sido cometido em território nacional, sendo a vítima brasileira ou encontrando-se o agente em local sob jurisdição brasileira.**

3ª QUESTÃO – Com base na Lei 4.898/65, constitui abuso de autoridade:

- A. () **Qualquer atentado aos direitos e garantias legais assegurados ao exercício do voto.**
- B. () Qualquer atentado à liberdade de associação paramilitar.
- C. () Cobrar o agente de autoridade policial carceragem, custas, emolumentos ou qualquer outra despesa com base legal.
- D. () Deixar o delegado de polícia de ordenar o relaxamento de prisão ou detenção ilegal que lhe seja comunicada.

4ª QUESTÃO – De acordo com o Manual de Prática Policial, são consideradas formas de controle dos níveis de forças legais utilizadas pela polícia:

- A. () A presença policial, a cooperação e os controles de contato.
- B. () O controle físico, agressão letal autorizada e a força letal.
- C. () **A presença policial, a verbalização e os controles de contato.**
- D. () O controle físico, a força letal e a cooperação.

5ª QUESTÃO – De acordo com a Instrução de Corregedoria nº 1, de 22/09/05, marque a alternativa CORRETA.

- A. () BIS IN IDEM é o instituto jurídico que veda a dupla punição na mesma esfera penal e administrativa.
- B. () BIS IN IDEM é o instituto jurídico que veda a dupla punição na mesma esfera civil e administrativa.
- C. () **BIS IN IDEM é o instituto jurídico que veda a dupla punição na mesma esfera penal, civil ou administrativa.**
- D. () BIS IN IDEM é o instituto jurídico que veda a dupla punição na mesma esfera administrativa, civil e trabalhista.

6ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA:

A. () Nos casos de abuso de autoridade, a sanção penal será aplicada de acordo com as regras previstas em dois artigos do Código Penal, podendo consistir em detenção por cinco dias a seis meses.

B. () A demissão é uma das sanções administrativas aplicadas a quem cometer abuso de autoridade.

C. () A sanção aplicada nos casos de cometimento de abuso de autoridade não poderá ser anotada na ficha funcional da autoridade civil ou militar devido ao princípio da inocência.

D. () Considera-se autoridade, para os efeitos da lei de abuso de autoridade, quem exerce cargo, emprego ou função pública de natureza civil ou militar, ainda que transitoriamente e com remuneração.

7ª QUESTÃO – Numa tarde de domingo, uma guarnição composta pelo Sgt Alterado e o Cb Cauteloso foi empenhada em uma ocorrência de atrito verbal, envolvendo dois cidadãos. Os militares, ao chegarem ao local, depararam-se com os envolvidos já em luta corporal e após várias tentativas, conseguiram separar os agressores.

Depois de um certo tempo e com os ânimos menos exaltados, os militares ouviram a versão das partes e verificaram que o desentendimento deu-se porque uma delas estava pregando sua crença em plena praça pública, sem público definido e presente, fazendo com que o outro envolvido se sentisse incomodado. Após explanação, o Sgt Alterado proibiu que qualquer discurso com o fito religioso fosse dito naquela praça pela parte envolvida. Conforme a Lei 4.898/65 (abuso de autoridade), marque a alternativa CORRETA:

A. () O Sgt Alterado cometeu abuso de autoridade tendo em vista que atentou contra o direito de reunião.

B. () O Sgt Alterado cometeu abuso de autoridade tendo em vista que atentou contra a liberdade de associação.

C. () O Sgt Alterado cometeu abuso de autoridade tendo em vista que atentou contra a liberdade de locomoção.

D. () O Sgt Alterado cometeu abuso de autoridade tendo em vista que atentou contra ao livre exercício do culto religioso.

8ª QUESTÃO – “A busca pessoal é uma atividade policial rotineira realizada no corpo, vestimentas e pertences de um determinado cidadão, tendo como objetivo a localização de objetos”, Manual de Prática Policial. Marque a resposta CORRETA.

A. () A busca ligeira é, por exemplo, utilizada em locais de diversões públicas.

B. () A busca pessoal, em mulheres, não poderá ser realizada por policiais masculinos.

C. () A busca minuciosa é realizada em recinto fechado a fim de se evitar a aglomeração de curiosos e o constrangimento ao suspeito a ser revistado.

D. () A busca completa deverá ser realizada com o suspeito de pé, ajoelhado ou deitado, e deverá ser executada pelas costas.

9ª QUESTÃO – De acordo com o Manual de Prática Policial, marque a alternativa CORRETA no que tange à abordagem a veículo.

- A. () O alto risco é uma categoria de abordagem a veículo e ocorre quando as pessoas em atitudes suspeitas têm a posse de armas, mas não são violentas ou procuradas pela polícia.
- B. () O risco conhecido é uma categoria de abordagem a veículo e ocorre nas situações caracterizadas em todo veículo, quer em procedimento normal de fiscalização, quer em situação rotineira.
- C. () O alto risco é uma categoria de abordagem a veículo e ocorre quando as pessoas em atitudes suspeitas têm a posse de armas, são violentas ou procuradas pela polícia.**
- D. () O risco desconhecido é uma categoria de abordagem a veículo e ocorre nas situações caracterizadas em todo veículo, quer em procedimento normal de fiscalização, quer em situação rotineira.

10ª QUESTÃO – *“O policial emblematiza o Estado, em seu contato mais imediato com a população. Sendo a autoridade mais comumente encontrada tem, portanto, a missão de ser uma espécie de porta voz popular do conjunto de autoridades das diversas áreas do poder. Além disso, porta a singular permissão para o uso da força e das armas, no âmbito da lei, o que lhe confere natural e destacada autoridade para a construção social ou para sua devastação. O impacto sobre a vida de indivíduos e comunidades, exercido por um policial qualificado é, pois, sempre um impacto extremado e simbolicamente referencial para o bem ou para o mal-estar da sociedade.” Ricardo Balestreri.*

De acordo com o Memorando Circular 11.866.2/02 (infrações disciplinares de pequeno potencial), marque a alternativa CORRETA.

- A. () O policial é considerado um educador no momento em que está de serviço, não o sendo em seu momento de folga ou perante a sociedade em que convive.
- B. () O militar que tiver profundo sentimento de responsabilidade deve ser o primeiro a buscar correção de atitude, mas somente nos momentos em que estiver de serviço.
- C. () O julgamento do comportamento de um policial vem, preliminarmente, de seu comandante e subordinados, que são seus avaliadores imediatos.
- D. () À luz dos paradigmas educacionais mais abrangentes, o policial é um legítimo educador.**

11ª QUESTÃO – De acordo com o Memorando Circular 11.866.2/02, são infrações disciplinares de pequeno potencial:

- A. () Transitar na rua sem cobertura, usar adereços e escorar em viaturas.**
- B. () Usar óculos de grau, fumar em locais não apropriados e apresentar-se para o serviço sem barbear.
- C. () Chegar atrasado, ficar alheio ao trabalho lendo jornais e alimentar-se em momento oportuno.
- D. () Transitar na rua sem cobertura, retribuir continência e ficar alheio ao trabalho lendo revistas.

12ª QUESTÃO – De acordo com a Instrução de Corregedoria nº 1, de 22/09/05, marque a alternativa CORRETA.

- A. () O militar submetido a PADS poderá ser punido preliminarmente.
- B. () A absolvição criminal somente elidirá a punição administrativa quando fundamentada em negativa de autoria ou inexistência do fato.**

C. () A movimentação por conveniência da disciplina não configura medida disciplinar acessória quando o militar compromete na localidade sua honra pessoal ou decoro da classe.

D. () Não existem transgressões simultâneas para efeito desta Instrução de Corregedoria nº 1.

13ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA referente à disponibilidade cautelar, de acordo com a Instrução de Corregedoria nº 1, de 22/09/05.

A. () O pedido de disponibilidade cautelar deverá ser entendido como medida administrativa sancionatória.

B. () O pedido de disponibilidade cautelar deverá ser encaminhado ao Comandante de Unidade via Corregedoria de Polícia.

C. () A disponibilidade cautelar é medida administrativa disciplinar exclusiva do Comandante Geral.

D. () A autoridade que solicitar a disponibilidade cautelar deverá, em seu pedido, sugerir o local de seu cumprimento, bem como especificar a duração da medida, observando-se o prazo de máximo de 10 dias.

14ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA no que tange às transgressões disciplinares de natureza média, de acordo com a Instrução de Corregedoria nº 1, de 22/09/05.

A. () É transgressão disciplinar de natureza média executar atividades particulares durante o serviço.

B. () É transgressão disciplinar de natureza média faltar ao serviço.

C. () É transgressão disciplinar de natureza média induzir alguém a prestar declaração falsa.

D. () É transgressão disciplinar de natureza média fazer uso do posto para prestar declaração falsa em procedimento penal.

15ª QUESTÃO – Com base na DEPM, marque a alternativa CORRETA.

A. () O militar que não atingir, no mínimo, o conceito “B” na prova prática com arma de fogo deverá, no mês seguinte, ser reavaliado.

B. () O oficial P1 da Unidade será o responsável pela coordenação de todas as atividades do Treinamento com Arma de Fogo.

C. () Somente os militares da área operacional deverão realizar o treinamento prático de tiro com arma de fogo.

D. () Nenhum militar poderá ser submetido à prova prática com arma de fogo, sem antes ter realizado o treinamento anual com armas de fogo.

16ª QUESTÃO – De acordo com Memorando Circular 11.271.2/04-EMPM (acumulação ilícita de cargos públicos), marque a alternativa CORRETA.

A. () A acumulação ilícita de cargos públicos, para os militares estaduais, acarreta transferência para a reserva remunerada, por força do ordenamento estatutário em vigor.

B. () A acumulação ilícita de cargos públicos, para os militares estaduais, acarreta transferência para a reserva não remunerada, por força do ordenamento estatutário em vigor.

C. () A acumulação lícita de cargos públicos, para os militares estaduais, acarreta transferência para a reserva remunerada, por força do ordenamento estatutário em vigor.

D. () A acumulação ilícita de cargos públicos, para os militares estaduais, funcionários civis e estagiários, acarreta transferência para a reserva remunerada, por força do ordenamento estatutário em vigor.

17ª QUESTÃO – O Relatório de Investigação Preliminar deverá ser instruído na seguinte ordem sequencial, conforme Instrução de Corregedoria nº 02 da PMMG:

A. () Juntada das provas produzidas e acolhidas pelo encarregado e outras provas materiais alusivas ao fato; despacho da autoridade designando o encarregado do procedimento; eventuais termos de oitiva de pessoas, juntada das provas produzidas e acolhidas pelo encarregado e outras provas materiais alusivas ao fato.

B. () Despacho da autoridade designando o encarregado do procedimento; juntada das provas produzidas e acolhidas pelo encarregado e outras provas materiais alusivas ao fato; eventuais termos de oitiva de pessoas e relatório circunstanciado.

C. () Juntada das provas produzidas e acolhidas pelo encarregado e outras provas materiais alusivas ao fato; eventuais termos de oitiva de pessoas despacho da autoridade designando o encarregado do procedimento; eventuais termos de oitiva de pessoas.

D. () Eventuais termos de oitiva de pessoas; juntada das provas produzidas e acolhidas pelo encarregado; relatório circunstanciado e outras provas materiais alusivas ao fato.

18ª QUESTÃO – Em relação ao Conselho de Ética e Disciplina Militares da Unidade (CEDMU), conforme previsão na Lei 14.310/2002, é CORRETO afirmar que:

A. () A Comissão do Processo Administrativo Disciplinar (CPAD) poderá sugerir a aplicação do benefício da suspensão da demissão pelo período de um ano, devendo o CEDMU emitir uma análise e parecer.

B. () A Medalha de Mérito Intelectual será precedida de análise por parte do CEDMU.

C. () Recebido o Recurso Disciplinar, a autoridade de 2ª instância, se entender procedente o pedido do recorrente, deverá encaminhá-lo ao CEDMU para fins da análise e parecer.

D. () A recompensa dada por uma autoridade pode ser ampliada, restringida ou anulada por autoridade superior, ouvido o CEDMU.

19ª QUESTÃO – Em relação às sanções disciplinares previstas na Lei 14.310/2002 (CEDM), é CORRETO afirmar que:

A. () O militar, para ser reformado compulsoriamente, deverá ter no mínimo, como tempo de serviço, 15 (quinze) anos.

B. () A Advertência Verbal Pessoal consiste em uma admoestação verbal ao transgressor.

C. () A demissão de militar da ativa, com no mínimo três anos de efetivo serviço, será precedida de parecer da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar por ato do Comandante Geral da IME, salvo em se tratando de oficial.

D. () A prestação de serviço consiste na atribuição de uma tarefa, exclusivamente operacional, fora da jornada habitual, correspondente a um turno de serviço do militar, sem remuneração extra.

20ª QUESTÃO – Sobre a competência para aplicar sanção disciplinar, é CORRETO afirmar:

A. () Todos os militares lotados no Gabinete Militar do Governador (GMG) poderão ser sancionados disciplinarmente pelo Corregedor da IME.

B. () O Governador de Estado e o Comandante Geral são competentes para aplicar sanção disciplinar a militar que estiver à disposição ou a serviço de outro órgão público.

C. () Se a ocorrência disciplinar envolver militares de duas unidades distintas, as medidas disciplinares serão adotadas por aquela que primeiro determinar a apuração das responsabilidades.

D. () O Corregedor, na Capital, poderá aplicar as sanções previstas nos incisos II, III, V e VI do artigo 13, aos militares da reserva remunerada.

21ª QUESTÃO – Em relação ao Código de Ética e Disciplina dos Militares de Minas Gerais, é CORRETO afirmar:

A. () A Autoridade competente para aplicar a sanção disciplinar, poderá substituir esta última pela Advertência Verbal Pessoal, prevista no artigo 10, somente uma vez ao mesmo militar.

B. () A suspensão consiste em uma interrupção temporária o exercício do cargo, encargo ou função, não podendo exceder a 10 (dez) dias, sendo os dias remunerados.

C. () O Governador de Estado é competente para conceder a recompensa de dispensa de serviço prevista no art. 50 do CEDM.

D. () A anulação consiste em tornar totalmente sem efeito o ato punitivo, na hipótese de ilegalidade ou injustiça, no prazo máximo de cinco anos da aplicação da sanção, ouvido o CEDMU.

22ª QUESTÃO – De acordo com Memorando Circular 11.271.2/04-EMPM (acumulação ilícita de cargos públicos), marque a alternativa CORRETA.

A. () A eventual existência de acumulação lícita de cargos públicos, para os oficiais do QOS, só é possível para os médicos militares que tenham comprovado, à época da promulgação da Lex Magnum, estarem exercendo cargo privativo de médico na Administração Pública Direta e Indireta.

B. () A eventual existência de acumulação lícita de cargos públicos, para os oficiais do QOS, só é possível para os médicos militares que tenham comprovado, à época da promulgação da Lex Magnum, estarem somente exercendo cargo privativo de médico na Administração Pública Direta.

C. () A eventual existência de acumulação lícita de cargos públicos, para os oficiais do QOS, só é possível para os médicos militares que tenham

comprovado, à época da promulgação da Lex Magnum, estarem somente exercendo cargo privativo de médico na Administração Pública Indireta.

D. () A eventual existência de acumulação lícita de cargos públicos, para os oficiais do QOS, só é possível para os médicos militares que tenham comprovado, à época da promulgação da Lex Magnum, estarem exercendo cargo privativo de médico na Administração Pública Direta ou Indireta.

23ª QUESTÃO – O Cb Silva, com mais de três anos de efetivo serviço e com uma ficha impecável, cometeu uma transgressão disciplinar que ficou definida como ato que afetou a honra pessoal e o decoro da Classe.

De acordo com a Lei 14.310, de 19Jun02 – Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais – CEDM, marque a alternativa CORRETA:

A. () Havendo um parecer favorável da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar (CPAD), o militar poderá ser reformado disciplinarmente considerando o teor de sua ficha funcional.

B. () O Chefe da SRH que emitiu parecer sobre a acusação que originou o PAD, fica impedido de participar da Comissão processante.

C. () A CPAD será composta por três militares de maior grau hierárquico ou mais antigos que o militar, podendo ser nomeado como presidente um oficial do QOS (Quadro de Oficial de Saúde);

D. () No caso em questão, o Comandante-Geral poderá conceder o benefício da suspensão da demissão pelo período de um ano, sendo o mesmo concedido apenas uma vez ao militar durante toda a sua carreira.

24ª QUESTÃO – Em relação a Lei 14.310/2002 (CEDM), pode-se afirmar que:

A. () A advertência verbal pessoal, modalidade de sanção disciplinar, prevista no art. 10 do Código de Ética e Disciplina só pode ser aplicada pela Autoridade Militar competente se houver prévia aquiescência do CEDMU.

B. () Um militar que foi notificado formalmente da aplicação da sanção disciplinar numa quinta-feira de um mês sem feriados, terá a oportunidade de interpor recurso disciplinar até a sexta-feira da semana seguinte, sob pena de tornar a punição definitiva.

C. () Para concessão da recompensa denominada Dispensa do Serviço há necessidade de parecer do Conselho de Ética e Disciplina Militares da Unidade – CEDMU, antes da autoridade competente conceder o benefício.

D. () A acusação do art 34, inciso I e, também, a do art 64, inciso I, do CEDM, ambos referentes à depreciação de conceito, exige que o acusado tenha sido punido, previamente, por outra falta de natureza grave, estando no conceito 'C', antes de ser submetido ao respectivo processo demissionário (PAD ou PADS);

25ª QUESTÃO – Com relação ao trânsito regulamentar, concedido aos militares por ocasião de movimentações diversas, é CORRETO afirmar:

A. () Os períodos de trânsito, previstos para os diversos postos e graduações, poderão ser reduzidos ou ampliados, conforme critério do Comandante Geral.

B. () O militar movimentado por conveniência da disciplina não terá direito ao trânsito regulamentar, devendo se apresentar na unidade destino após cumprimento da sanção imposta.

C. () O trânsito é devido ao militar movimentado de sede e domicílio, em razão de transferência, classificação, nomeação ou designação em comissão, previstas nas normas estatutárias.

D. () Os oficiais têm direito ao gozo de 20 dias de trânsito; os Subtenentes e Sargentos, de 15 dias; os Cabos e Soldados, de 10 dias.

26ª QUESTÃO – O Cabo Silva, na atual legislatura, foi convidado para trabalhar no gabinete de um Deputado Federal como assessor parlamentar. Em face do EMEMG, marque a alternativa CORRETA.

A. () O militar da ativa que aceitar cargo público permanente, será transferido para a reserva remunerada com os direitos e deveres definidos no EMEMG.

B. () Depois de 3 (três anos), contínuos ou não de afastamento, será o militar transferido para a reserva ou reformado.

C. () O militar da ativa que aceitar cargo público civil temporário, não eletivo, ficará agregado ao respectivo quadro.

D. () Enquanto perceber remuneração do cargo temporário, tem direito o militar da ativa ao soldo e vantagens do seu posto ou graduação.

27ª QUESTÃO – Em relação à Lei 5.301/69-EMEMG, é CORRETO afirmar que:

- A. () O militar será considerado estável após três anos de serviço, efetivo ou não, no cargo, mediante avaliação de desempenho individual.
- B. () **A precedência hierárquica é regulada pelo posto ou graduação ou pela antiguidade no posto ou graduação salvo quando ocorrer precedência funcional, estabelecida em lei ou decreto.**
- C. () O ingresso no Quadro de Oficiais Especialistas dar-se-á no posto inicial da carreira, após a conclusão do Curso de Formação de Oficiais e o cumprimento do período de estágio na graduação de Aspirante-a-Oficial.
- D. () Os militares da ativa devem, no interesse da dignidade profissional, ser chamados a prestar contas sobre a origem e natureza dos seus bens móveis, imóveis e semoventes, podendo ser recusado pelo servidor.

28ª QUESTÃO – Em algumas situações, o militar, oficial ou praça, não concorrerá à promoção, embora esteja incluído no quadro de acesso. Em face de tal questão, marque a alternativa CORRETA:

- A. () O militar será promovido com retroação, quando a declaração de ausência de culpa ou a absolvição ocorrer por inexistência de prova suficiente para a aplicação de sanção ou para condenação ou por prescrição.
- B. () O militar não poderá ser promovido com direito a retroação, se o processo administrativo de exoneração a que estiver sendo submetido for arquivado, sem declaração de culpa.
- C. () Quando o militar estiver preso à disposição da justiça ou sendo processado por crime doloso nas leis especificadas no EMEMG, as restrições à promoção se aplicam, mesmo decorrentes de ação militar legítima.
- D. () **O militar que for submetido ao processo administrativo de caráter demissionário concorrerá à promoção, podendo ser incluído no quadro de acesso, sendo promovido se for declarado sem culpa ou absolvido por sentença transitada em julgado, que produzirá efeitos retroativos.**

29ª QUESTÃO – Em relação aos direitos, deveres, responsabilidades e prerrogativas previstos no EMEMG, é CORRETO afirmar que:

- A. () **É permitido, no meio civil, aos militares titulados, o exercício de atividades técnico-profissionais, atendidas as restrições previstas em lei própria.**
- B. () O militar da ativa que aceitar cargo público civil temporário, não eletivo, ficará agregado ao respectivo quadro, e depois de 2 (dois anos), contínuos ou não de afastamento, será transferido para a reserva remunerada, com proventos integrais.
- C. () Os militares da reserva ou reformados podem ser proibidos de usar uniformes, temporária ou definitivamente, em virtude da prática de atos indignos, por decisão do Corregedor da IME.
- D. () Os militares reformados, quando convocados para o serviço ativo, ficam proibidos de tratar nas repartições públicas, civis ou militares, de interesse de indústria ou comércio a que estejam ou não associados ou não associados.

30ª QUESTÃO – Conforme o Estatuto, o Adicional de Desempenho - ADE - constitui vantagem remuneratória, concedida mensalmente ao militar que tenha ingressado nas instituições militares estaduais após a publicação da Emenda à Constituição nº 57, de 15 de julho de 2003. Em face do disposto, é CORRETO afirmar que:

A. () É um dos requisitos para a obtenção do ADE, o número de resultados satisfatórios obtidos pelo militar na ADI, considerando satisfatório o resultado igual ou superior a 60% (sessenta por cento).

B. () O militar que não for avaliado por estar totalmente afastado por mais de cento e vinte dias de suas atividades devido a problemas de saúde, não sendo este decorrente de acidente de serviço ou moléstia profissional, terá o resultado de sua ADI fixado em 60% (sessenta por cento), enquanto perdurar essa situação.

C. () ADE não será incorporado aos proventos do militar quando de sua transferência para a inatividade.

D. () Na Avaliação de Desempenho Individual serão considerados como fatores de avaliação: a Avaliação Anual de Desempenho e Produtividade - AADP; o conceito disciplinar; e o treinamento profissional básico.

31ª QUESTÃO – Em relação à inatividade prevista no EMEMG, é CORRETO afirmar que:

A. () Os proventos dos militares da inatividade corresponderão aos mesmos vencimentos dos militares da ativa, do mesmo posto ou graduação, sem nenhuma exceção.

B. () Ao completarem trinta anos de serviço, quando de sua transferência para a reserva, a praça da ativa será promovida à graduação imediata, e o Subtenente, ao posto de 2º Tenente, desde que, dentre outros requisitos, contem vinte anos de efetivo serviço na instituição militar estadual, vedada a contagem de qualquer tempo fictício não previsto em lei.

C. () O auxílio invalidez é o pagamento de uma indenização, em única parcela, ao militar reformado em virtude de invalidez permanente, considerado incapaz para o exercício de serviço de natureza de policial-militar ou bombeiro-militar, em consequência de acidente no desempenho de suas funções ou de ato por ele praticado no cumprimento do dever profissional.

D. () Perderá direito à inatividade e às vantagens dela decorrentes o oficial que perder a patente, por ato com respectivo Comandante-Geral.

32ª QUESTÃO – Sobre as férias, dispensas de serviço e trânsito previstos no EMEMG, é CORRETO afirmar que:

- A. () Os militares têm direito de gozar, por ano, vinte e cinco dias úteis de férias; sendo que, para cada dez dias de férias anuais cassadas e não gozadas, será acrescido um dia, para efeito de contagem do tempo de serviço do militar.
- B. () As dispensas do serviço são concedidas aos militares por motivo de luto, por 8 (oito) dias, quando ocorrer falecimento de pessoa da família assim considerados os avós, pais, esposa, filhos, irmãos, sobrinhos e sogros.
- C. () O Comandante Geral poderá conceder licença, pelo prazo máximo de 3 (três) meses ao militar por motivo de doença na pessoa de seu pai, mãe, filhos ou cônjuge de que não esteja legalmente separado, desde que prove ser indispensável sua assistência pessoal e esta não possa ser prestada simultaneamente com o exercício de suas funções.**
- D. () O militar poderá obter licença para tratar de interesse particular: quando a licença não contrariar o interesse do serviço; quando tenha, pelo menos, 10 (dez) anos de serviços prestados à Polícia Militar, não podendo ser concedida nova licença em hipótese alguma.

33ª QUESTÃO – Sobre as promoções previstas no EMEMG, marque a alternativa CORRETA:

- A. () O Oficial da ativa, ao completar trinta anos de serviço, quando de sua transferência para a reserva, será promovido ao posto imediato, se contar, pelo menos, um ano de efetivo serviço no posto e vinte e cinco anos de efetivo serviço na instituição militar estadual.
- B. () O Oficial do último posto, obedecendo aos requisitos de promoção para o posto imediato, no ato de sua transferência para a reserva terá o seu provento acrescido de 10% (dez por cento) do soldo.**
- C. () A promoção ao posto de Coronel será de livre escolha do Secretário de Defesa Social, pelo critério exclusivo de merecimento, dentre os candidatos incluídos no Quadro de Acesso.
- D. () Os conceitos emitidos pela Comissão de Promoções dos Oficiais - CPO - e pela Comissão de Promoções das Praças – CPP serão discricionários, não necessitando de fundamentação.

34ª QUESTÃO – A promoção consiste no acesso equânime, gradual, sucessivo, regular e equilibrado das praças às graduações da hierarquia das Instituições Militares Estaduais (IME), observados os princípios e critérios de aferição de aptidões estabelecidos no Decreto 44.557/2007 (contém o Regulamento de Promoção de Praças das IME's de MG). Marque a alternativa CORRETA:

A. () O Soldado de 1ª Classe candidato à promoção por tempo de serviço deverá satisfazer as condições para promoção na data em que completar dez anos de efetivo serviço na mesma graduação.

B. () O militar pronto para o serviço é considerado possuidor de aptidão moral e intelectual para o exercício das funções inerentes à graduação que irá ocupar.

C. () A promoção por necessidade do serviço é decorrente da ação praticada pela praça, de maneira consciente e voluntária, com evidente risco à vida e da qual não se tenha beneficiado o agente ou pessoa de seu parentesco até 2º grau, cujo mérito transcenda em valor, audácia e coragem a quaisquer atitudes de natureza negativas porventura cometidas.

D. () A praça punida em decorrência de sua submissão a processo administrativo disciplinar, de natureza demissionária, pela prática de ato que afete a honra pessoal ou o decoro da classe será considerada possuidora do requisito de idoneidade moral, dois anos após o término do cumprimento da sanção disciplinar.

35ª QUESTÃO – Sobre o Regulamento de Promoção de Praças - RPP, marque a alternativa CORRETA:

A. () Conforme RPP, é equiparado a ato de bravura o acidente decorrente de atuação da praça no serviço efetivamente operacional em fato que, de qualquer forma, afete ou possa afetar a ordem pública, da qual resulte incapacidade definitiva para todos os serviços de natureza policial-militar ou bombeiro-militar, ou invalidez, mediante parecer da JCS.

B. () A praça incluída no QA e que for, posteriormente, julgada incapaz definitivamente para todos os serviços de natureza policial-militar ou bombeiro-militar, ou inválida, em exame de saúde, não poderá ser promovida.

C. () A praça que falecer em virtude de acidente no serviço poderá ser promovida à graduação imediata, mediante proposta da CPP, homologada pelo Chefe do Estado-Maior.

D. () A promoção por tempo de serviço é devida ao Soldado de 1ª Classe e ao Cabo que tiverem, no mínimo, dez anos de efetivo exercício na mesma graduação, nos termos previstos no EMEMG.

36ª QUESTÃO – No dia 01 de maio de 2006, por volta das 08h30min, nas proximidades da praça do bairro Jardim de Alá, nesta Capital, ocorreu um abaloamento, tendo o Sd João comparecido ao local para elaborar um Registro de Ocorrência e abordado o Sr. José do Patrocínio, que possuía uma banca na praça, determinando que este fosse testemunha.

Alegando não poder ser testemunha de um fato que não presenciou, por ter chegado ao local de trabalho juntamente com a viatura, a vítima se recusou, tendo o militar dado voz de prisão, algemado e encaminhado o Sr. José do Patrocínio à Delegacia Seccional de Polícia Civil. A conduta do militar amolda-se ao crime de:

A. ☐ **Constrangimento ilegal.**

B. ☐ Lesão corporal grave.

C. ☐ Injúria real.

D. ☐ Cárcere privado.

37ª QUESTÃO – No dia 25 de dezembro do ano de 2008, no interior da sede do 100º BPM, o militar, 3º Sgt Óveio apropriou-se, dentre os pertences apreendidos de José da Silva, os quais estavam sob sua responsabilidade, do cheque do Banco CRÉDITO FÁCIL nº 199247 emitido por Maria das Bem-aventuranças no valor de R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais), tendo o militar, no dia 27 de dezembro, depositado o referido cheque em sua conta corrente pessoal.

Diante do exposto, o militar cometeu o crime de:

A. ☐ Corrupção passiva.

B. ☐ Concussão.

C. ☐ **Peculato dolo.**

D. ☐ Roubo simples.

38ª QUESTÃO – No dia 10 de agosto de 2005, por volta das 20:10 horas, na BR 381, anel rodoviário, em Belo Horizonte, houve um acidente automobilístico, envolvendo a viatura da PMMG e uma motocicleta particular. O Cb PM João da Silva estava socorrendo uma vítima de lesão corporal, levando-a ao hospital, quando a viatura policial abalroou por trás a motocicleta. O condutor da motocicleta sofreu uma fratura do fêmur de sua perna direita. Diante do exposto, é CORRETO afirmar que:

A. ☐ O militar cometeu delito de trânsito, previsto na Lei 9.503/97-CTB.

B. ☐ **Conforme entendimento constitucional, o militar cometeu delito castrense de lesão corporal culposa.**

C. ☐ Houve crime doloso de dano na viatura policial.

D. ☐ Houve o cometimento de delito de lesão corporal, previsto no Código Penal.

39ª QUESTÃO – O 3º Sgt José Silva, durante um rastreamento a indivíduos traficantes de drogas, teria efetuado um disparo de arma de fogo, atingindo a perna de um civil, que conduzia uma moto, causando-lhe lesões corporais. Segundo consta, as testemunhas presentes teriam ouvido um disparo de arma de fogo, que se originou de uma pessoa que estava na garupa da moto, além de estar fugindo da viatura policial na contra-mão de direção. Diante do exposto, é CORRETO afirmar que:

- A. () O militar cometeu delito de abuso de autoridade.
- B. () **Configura-se excludente criminal de legítima defesa.**
- C. () Há excludente criminal de estado de necessidade.
- D. () Houve o cometimento de crime de violência arbitrária.

40ª QUESTÃO – O Cabo Alferes da Silva, durante ocorrência policial, atingiu mortalmente um indivíduo na cabeça, que acabara de assaltar uma lotérica, utilizando, para tanto, uma arma de fogo. O Aspirante Sabe-tudo deve:

- A. () Prender o militar em flagrante, conduzindo-o à Delegacia de Polícia.
- B. () Há excludente de ilicitude prevista no Código Penal Militar, não havendo necessidade de registrar o fato.
- C. () **Registrar o fato como crime militar de homicídio, encaminhando o Boletim ao respectivo Comandante.**
- D. () Há crime militar de lesão corporal seguida de morte.

----- corte aqui-----

RASCUNHO – GABARITO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40